



PORTO PRIMAVERA

Transmissora de Energia S.A.

CNPJ/MF nº 07.081.291/0001-39

Ativos totais: R\$ 473.294.956
Receita Líquida: R\$ 63.928.396

Extensão de linhas em km: 490
Tensão em kV: 440/230
Subestações: 5

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

A Porto Primavera Transmissora de Energia S.A. ("PPTTE" ou "Companhia") apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, com os Relatórios dos Auditores Independentes referente ao exercício de 2014.

1) A Companhia

A PPTTE é uma Companhia privada de capital fechado constituída em 15 de outubro de 2004 e estabelecida no Rio de Janeiro. Possui duas filiais localizadas em Rosana, no Estado de São Paulo, e Campo Grande, no Estado do Mato Grosso do Sul.

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH), esta que é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China

2) Setor elétrico - segmento de transmissão

A receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, através da Agência Reguladora (ANEEL) e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante que as transmissoras tenham mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas). Nesse contexto, mesmo com incertezas no segmento de energia no mercado brasileiro, a Companhia espera manter a geração de caixa e margem positiva de suas operações. O segmento de transmissão de energia deve permanecer como o de menor risco do setor, pois o recebimento de sua receita é baseado na disponibilidade de ativos.

3) Desempenho Financeiro

3.1) Receita

O valor anual da receita, fixado e reajustado pela ANEEL através de resoluções normativas foi de R\$ 76.759.226, para o período de julho de 2014 a junho 2015 e de R\$ 77.504.986, para o período julho de 2013 a junho de 2014.

3.2) Desempenho econômico-financeiro

Os principais indicadores econômico-financeiros ao final do exercício de 2014 e 2013 são:

	2014	2013
• Liquidez geral	262,38%	241,53%
• Liquidez corrente	160,29%	120,08%
• Relação patrimônio líquido/ativo	61,95%	58,63%
• Relação passivo não circulante/Ativo	38,05%	70,57%
• Rentabilidade do patrimônio líquido	10,02%	12,37%
• Relação lucro operacional/Patr. líquido	19,03%	22,45%
• Endividamento do patrimônio líquido	61,42%	70,57%

4) Governança corporativa

A cada ano a Companhia busca ser mais inclusiva. Em 2014 iniciamos o Programa Jovem Aprendiz dando uma primeira oportunidade de trabalho a futuros profissionais. As ações na área de treinamento têm sido aprimoradas a cada ano. Iniciativas como a Semana da Saúde e do Bem Estar entraram no seu segundo ano e foram levadas para todas as regionais da empresa além de sua sede no Rio de Janeiro. A promoção de eventos, para a criação de um bom ambiente de trabalho, também foi incentivada.

Em 2014 também foi iniciado o primeiro Programa de Liderança da State Grid, contando com a participação de todos os seus executivos, diretores e

gerentes. Nosso objetivo é o de buscar cada vez mais transparência nas informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

5) Responsabilidade ambiental e social

A Companhia vem operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. A Companhia também participa de ações sociais junto a Sociedade.

A Companhia incentiva e convida a todos a conhecerem suas ações sociais e ambientais que são apresentadas no Relatório Socioambiental do Grupo State Grid, e que está devidamente disponibilizado no site do Grupo (www.stategridbr.com).

6) Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Companhia e para o cumprimento da nossa missão de concessionária.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2015.

A Administração

Balanços Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em reais)

	Nota	2014	2013
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	22.818.781	285.754
Concessionárias e permissionárias	7	10.483.978	8.855.070
Estoques		5.706.297	2.083.355
Adiantamento a fornecedores		2.066.202	1.266.457
Impostos a recuperar	8	2.422.677	1.757.660
Ativo financeiro indenizável	9	76.064.504	68.676.519
Outros ativos circulantes		558.625	829.151
		120.121.064	83.753.966
Ativo não circulante			
Títulos e valores mobiliários	6	6.316.684	26.397.448
Ativo financeiro indenizável	9	345.614.197	363.275.551
Outros ativos não circulantes		453.417	64.429
Imobilizado		746.888	302.163
Intangível		42.706	27.537
		353.173.892	390.067.128
Total do ativo		473.294.956	473.821.094

	Nota	2014	2013
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores - terceiros		1.792.377	1.347.866
Fornecedores - partes relacionadas	21	4.277	-
Financiamento - terceiros	10	17.589.345	17.147.257
Impostos e contribuições sociais	11	23.675.592	12.491.777
Taxas regulamentares	12	2.678.083	2.040.138
Dividendos propostos	15	27.956.586	35.319.118
Outros passivos circulantes		1.244.524	1.399.662
		74.940.784	69.745.818
Passivo não circulante			
Financiamento - terceiros	10	60.543.989	75.727.649
Outras provisões - compensação ambiental		-	651.887
Provisão para contingências	13	160.239	3.924.503
Impostos diferidos	14	44.438.951	45.986.368
		105.143.179	126.290.407
Patrimônio líquido			
Capital social		194.035.000	194.035.000
Reservas de lucros		89.136.218	75.179.248
Reserva legal		10.039.775	8.570.621
	15	293.210.993	277.784.869
Total do passivo e do patrimônio líquido		473.294.956	473.821.094

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Resultados

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em reais)

	Nota	2014	2013
Receita operacional líquida	16	63.928.396	69.803.465
Custo da operação	17	(8.126.070)	(7.450.797)
Lucro bruto		55.802.326	62.352.668
Despesas com pessoal e administradores		(21.270)	(7.303)
Outras (despesas)/receitas operacionais		428.654	(411.525)
Lucro antes das receitas financeiras		56.209.710	61.933.840
Resultado financeiro	18	(7.395.213)	(9.844.560)
Receita financeira		4.624.590	3.821.832
Despesa financeira		(12.019.803)	(13.666.392)
Resultado antes dos impostos		48.814.497	52.089.280
Imposto de renda e contribuição social	19	(19.431.403)	(17.732.433)
Lucro líquido do exercício		29.383.094	34.356.847

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em reais)

	2014	2013
Lucro líquido do exercício	29.383.094	34.356.847
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de outros resultados abrangentes	29.383.094	34.356.847

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em reais)

	Capital social	Reserva de lucros		Lucros acumulados	Total
		Reserva legal	Retenção de lucros		
Saldo em 31 de dezembro de 2012	194.035.000	6.852.778	58.859.746	-	259.747.524
Lucro líquido do exercício	-	-	-	34.356.847	34.356.847
Constituição da reserva legal	-	1.717.843	-	(1.717.843)	-
Destinação de lucros acumulados a reserva de lucros	-	-	16.319.502	(16.319.502)	-
Dividendos propostos	-	-	-	(16.319.502)	(16.319.502)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	194.035.000	8.570.621	75.179.248	-	277.784.869
Lucro líquido do exercício	-	-	-	29.383.094	29.383.094
Constituição da reserva legal	-	1.469.154	-	(1.469.154)	-
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros	-	-	13.956.970	(13.956.970)	-
Dividendos propostos	-	-	-	(13.956.970)	(13.956.970)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	194.035.000	10.039.775	89.136.218	-	293.210.993

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em reais)

1. Informações gerais

A Porto Primavera Transmissora de Energia S.A. ("PPTTE" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 15 de outubro de 2004 e estabelecida no Rio de Janeiro. Possui duas filiais localizadas em Rosana, no Estado de São Paulo, e Campo Grande, no Estado do Mato Grosso do Sul.

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH), esta que é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

A Companhia iniciou suas operações em 17 de outubro de 2006 e tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

1.1. Da concessão

Em 30 de setembro de 2004, a Isolux Wat S.A. foi declarada vencedora do Leilão Público nº 001/2004, realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, para a aquisição da Concessão de Transmissão de Energia Elétrica referente ao lote J - linhas Porto Primavera-Dourados e Porto Primavera-Imbirussu. O decreto de outorga da concessão, sem número, datado de 2 de fevereiro de 2006, foi publicado no Diário Oficial da União de 3 de fevereiro de 2006.

No dia 4 de março de 2006, a Companhia assinou com a União, por meio da ANEEL, o Contrato de Concessão nº 009/2006 - ANEEL, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, para implantação, operação e manutenção da instalação das linhas de transmissão Porto Primavera-Dourados e Porto Primavera-Imbirussu-230KV, com extensão aproximada de 490 km, com origem na subestação UHE Porto Primavera e término na nova subestação Porto Primavera.

1.2 Receita anual permitida (RAP)

A Receita Anual Permitida (RAP) foi determinada em R\$43.711.000 (valor

histórico) e será corrigida anualmente pelo IGP-M e será válida pelos primeiros 15 anos, contados a partir do início da operação comercial. No período restante, perfazendo o total de 30 anos de concessão, a RAP será reduzida a 50% do seu valor original.

Em 27 de junho de 2013, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 1.559/2013, estabeleceu a RAP em R\$ 77.504.986 para o período de 1º de julho de 2013 a 30 de junho de 2014.

Em 16 de junho de 2014, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 1.756/2014, estabeleceu a RAP em R\$ 76.759.226 para o período de 1º de julho de 2014 a 30 de junho de 2015.

A receita faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

Exceto pelas atualizações da RAP, não houve alteração no contrato de concessão e nas práticas contábeis relacionadas a estes contratos - ICPC01 (R1) Contratos de Concessão.

2. Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam arredondamentos em algumas apresentações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos apresentados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

As demonstrações financeiras apresentam informações comparativas em relação ao período anterior e foram autorizadas pela Administração em 31 de março de 2015. No exercício de 2014 algumas reclassificações não materiais foram efetuadas para melhor apresentação das demonstrações financeiras.

2.1 Estimativas e premissas

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.



PORTO PRIMAVERA

Transmissora de Energia S.A.

CNPJ/MF nº 07.081.291/0001-39

2.2 Conversão de saldos em moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.3 Classificação circulante versus não circulante

Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quando à sua troca, ou seja, utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

2.4 Mensuração do valor justo

Os instrumentos financeiros a valor justo são mensurados em cada data de fechamento do balanço patrimonial. As correspondentes divulgações a valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros são apresentadas nas respectivas notas.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá no mercado principal para o ativo ou passivo ou na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo.

A Companhia utiliza técnicas de avaliação adequadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes para mensuração do valor justo, maximizando o uso de informações disponíveis pertinentes e minimizando o uso de informações não disponíveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia definida pelo CPC 46, as quais:

Nível 1: Preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável;

Nível 3: Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

3. Resumo das principais práticas contábeis

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Os caixas e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

3.2 Concessionárias e permissionárias

Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas.

Provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis.

3.3 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

3.4 Ativo financeiro indenizável

A Companhia reconhece um crédito a receber quando possui direito de receber caixa ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos pertencentes à infraestrutura que serão indenizados pelo poder concedente, descontados com base na taxa do custo médio ponderado do capital da Companhia.

Dados históricos são utilizados como base para determinação do ativo financeiro indenizável, levando em consideração o tipo de concessão, a região de operação e as especificidades de cada contrato.

3.5 Ativo imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado são relacionados à área administrativa e apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

3.6 Ativo intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

3.7 Provisão para redução ao valor recuperável ("impairment")

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor

recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

3.8 Impostos

Impostos sobre serviços prestados

As receitas são reconhecidas líquidas dos impostos sobre serviços prestados.

Imposto de renda e contribuição social - correntes

A tributação do imposto de renda e contribuição social é feita tendo como base o lucro presumido da receita.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

3.9 Taxas regulamentares

Reserva Global de Reversão (RGR)

De acordo com a Resolução da ANEEL nº 23, de 5 de fevereiro de 1999, as concessionárias e permissionárias do serviço público de energia elétrica devem recolher para crédito da RGR a quota anual que lhe for atribuída. Essa quota é definida com base em 2,5% do investimento (saldo do imobilizado líquido da depreciação acumulada) *pro rata tempore*, observado o limite de 3% das receitas, a serem pagas em 12 parcelas mensais.

Mensalmente a provisão para a RGR é reconhecida tomando como base 3% da receita operacional menos a provisão da Taxa de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE), esta que é definida anualmente pela ANEEL.

Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

Programa de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras, transmissoras e geradoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas. As provisões são atualizadas mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.

TFSEE

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

3.10 Provisões para contingências

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.11 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.

3.12 Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes.

3.13 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

3.14 Receita operacional

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas.

Receita de operação e manutenção

A receita de operação e manutenção é reconhecida pelo montante destinado pelo poder concedente para fazer face aos custos de operação e manutenção dos ativos de transmissão.

Receita de construção

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a transmissão de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais, se houver.

Receita financeira de concessão

Corresponde a remuneração pela taxa de desconto, que corresponde a taxa interna de retorno do projeto, do fluxo incondicional de recursos estabelecido pelo poder concedente através da RAP.

3.15 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

Ativos financeiros não derivativos

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, concessionárias e permissionárias, adiantamentos a receber e ativo financeiro indenizável.

O saldo de caixa e equivalente de caixa e concessionárias e permissionárias são classificados como financiamentos e recebíveis, pois representam ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. O saldo de adiantamentos a receber e ativo financeiro indenizável são classificados como ativos financeiros justo por meio de resultado.

Esses instrumentos financeiros ativos são mensurados pelo valor justo e após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Passivos financeiros não derivativos

Os principais passivos financeiros reconhecidos são: fornecedores - partes relacionadas e terceiros e financiamentos. Estes passivos financeiros não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial, os passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método de juros efetivos. O saldo de financiamentos é classificado como passivo financeiro não mensurado ao valor justo e reconhecidos pelo seu custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. O saldo de fornecedores de bens e serviços

necessários às operações da Companhia, cujos valores são conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data dos balanços. Estes saldos também são classificados como passivo financeiro reconhecido pelo custo amortizado.

Desreconhecimento (baixa) dos ativos e passivos financeiros

Um ativo financeiro é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem e/ou quando a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Ativos e passivos financeiros derivativos

A Companhia não mantém ativos ou passivos financeiros derivativos e não identificou contratos com características de derivativos embutidos separáveis.

4. Novos pronunciamentos técnicos e interpretações

4.1 Pronunciamentos que entraram em vigor em 2014

Entidades de investimentos (alterações ao CPC 36 (R3), CPC 45 e CPC 35 (R2)) - Essas alterações contemplam uma exceção à exigência de consolidação para que entidades atendam à definição de uma entidade de investimento de acordo com o CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas. Essas alterações não têm impacto sobre a Companhia.

Compensação de ativos financeiros e passivos financeiros - alterações ao CPC 39 - Essas alterações esclarecem o significado de "atualmente goza de direito legalmente exequível de compensação" e dos critérios para mecanismos de liquidação não simultânea de câmaras de compensação, sendo aplicadas retrospectivamente. Essas alterações não têm impacto sobre a Companhia.

Renovação de derivativos e continuação da contabilização de hedge - alterações ao CPC 38 - Essas alterações contemplam a desobrigação de contabilizar *hedges* descontinuados quando a novação de um derivativo designado como instrumento de *hedge* atender a determinados critérios e a aplicação retrospectiva for exigida. Essas alterações não têm impacto sobre a Companhia.

ICPC 19 / IFRIC 21 - Tributos - A ICPC 19 esclarece que uma entidade reconhece os tributos de um passivo quando ocorre a atividade que dá origem ao pagamento, conforme previsto na legislação pertinente. A aplicação retrospectiva é exigida pela IFRIC 21 e não tem impacto sobre a Companhia, uma vez que este aplicou os princípios de reconhecimento de acordo com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, alinhados com as exigências da IFRIC 21 em exercícios anteriores. Essas alterações não têm impacto sobre a Companhia.

Melhorias anuais - ciclo 2010-2012 - O IASB emitiu sete alterações a seis normas, incluindo uma alteração à IFRS 13 - Mensuração a Valor Justo. A alteração à IFRS 13 entra em vigor imediatamente e, dessa forma, para períodos iniciados em 1º de janeiro de 2014, esclarecendo, na Base de Conclusões, que as contas a receber e contas a pagar não circulante sem taxas de juros declaradas podem ser mensuradas a valores faturados quando o efeito do desconto for insignificante. Essa alteração à IFRS 13 não tem impacto sobre a Companhia.

Melhorias anuais - ciclo 2011-2013 - O IASB emitiu sete alterações a quatro normas, incluindo uma alteração à IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais para Elaboração de Relatórios Financeiros. Essa alteração à IFRS 1 não causa impacto sobre a Companhia, uma vez que suas demonstrações financeiras são preparadas com base em IFRS em vigência.

4.2 Pronunciamentos emitidos, mas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2014

Existem pronunciamentos e interpretações que foram emitidos pelo IASB, mas que não estavam em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras. A Companhia está avaliando os possíveis impactos e pretende adotar esses pronunciamentos quando entrarem em vigência, se aplicáveis.

Os pronunciamentos a serem analisados são: IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, IFRS 14 - Contas Regulatórias Diferidas, Alterações na IAS 19 - Planos de Benefícios Definidos: Contribuições por parte do Empregado, Melhorias anuais - Ciclo 2010-2012, IFRS 2 - Pagamento Baseado em Ações, IFRS 3 - Combinação de Negócios, IFRS 8 - Segmentos Operacionais, IAS 16 - Ativo Imobilizado e IAS 38 - Ativo Intangível, IAS 24 - Divulgações de Partes Relacionadas, Melhorias Anuais - Ciclo 2011-2013, IFRS 3 - Combinação de Negócios, IFRS 13 - Mensuração do Valor Justo, IAS 40 - Propriedade para Investimento, IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes, Alterações à IFRS 11 Acordos Conjuntos: Contabilização de Aquisições de Partes Societárias, Alterações à IAS 16 e à IAS 38 - Esclarecimento de Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização, Alterações à IAS 16 e a IAS 41 - Agricultura: Plantas Frutíferas e Alterações à IAS 27 - Método de Equivalência Patrimonial em Demonstrações Financeiras Separadas.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	2014	2013
Caixa	90.071	40.000
Bancos	141.430	245.754
Aplicações financeiras	22.587.280	-
	22.818.781	285.754

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs e Fundos de Investimento que buscam alcançar seu objetivo por meio da aplicação de seus recursos preponderantemente em cotas de fundos de investimento e/ou fundos de investimento em cotas de fundos de investimento da classe Referenciado. Tanto os CDBs como os fundos podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração atrelada à taxa CDI.

6 Títulos e valores mobiliários

	2014	2013
Títulos e valores mobiliários	6.316.684	26.397.448
	6.316.684	26.397.448

Saldos apresentados como não circulante para atender as exigências referente as garantias reais do contrato de financiamento com o BNDES (nota explicativa 10).

7 Concessionárias e permissionárias

	2014	2013
A vencer	9.962.213	7.691.898
Vencidas até 30 dias	316.110	22.660
Vencidas até 60 dias	46.261	118.368
Vencidas até 90 dias	63.335	67.010
Vencidas há mais de 90 dias	1.306.153	1.167.617
	11.694.072	9.067.553

(-) PCLD

	(1.210.094)	(212.483)
	10.483.978	8.855.070

Em função do giro do contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. De acordo com as normas do agente regulador, a PCLD deve ser avaliada para saldos vencidos acima de 180 dias. A Administração, por sua vez avalia as futuras vencidas acima de 180 dias de forma individualizada, e constitui a PCLD julgada necessária.

Segue movimentação da PCLD no exercício de 2014:

Saldo em 1º de janeiro de 2014	(212.483)
Reversão	-
Complemento de provisão	(997.611)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(1.210.094)

8 Impostos a recuperar

	2014	2013
IRPJ	1.424.075	-
CSLL	931.665	-
PIS (i)	-	321.379
COFINS (i)	-	1.324.596
Outros	66.937	111.685
	2.422.677	1.757.660

